



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

ARTE POPULAR: UM RELATO DE EXPERIENCIA EM AREAS RURAIS.

ÉRIKA JOELY CASAES DE JESUS LIMA

EIXO: 16. ARTE, EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

RESUMO: O presente artigo parte de uma experiência realizada numa escola de área rural no Distrito de Humildes em Feira de Santana e discute sobre o ensino da Arte nesse espaço. Hoje, preocupa-se não apenas com os fazeres na modalidade Educação Campo, mas também como os conhecimentos são assimilados pela criança de maneira significativa, considerando espaços, modos de produção cultural e social. Aponta possibilidades metodológicas de um trabalho desenvolvido para uma comunidade específica, a fim de desenvolver estratégias para a melhoria da qualidade do ensino. **Palavras-chave:** Arte; cultura; educação rural. **ABSTRACT:** This article is based on an experiment conducted in a rural school in Humble district in Feira de Santana and discusses the art of teaching in this space . Today, concerned not only with the doings in the Field Education mode, but also as knowledge is assimilated by significantly child, considering spaces , modes of cultural and social production. Points methodological possibilities of a work for a community specific , in order to develop strategies for improving the quality of education . **Keywords:** Art ; culture; rural education.

Pensar em Educação do campo significa primeiramente lembrar o contexto e historicidade da luta por essa modalidade de educação. Esse movimento na verdade nasceu a partir de outro movimento, o Movimento dos Sem Terra -MST- quando o mesmo percebeu que a reforma agrária era a luta não só pela terra, mas também pela educação, pelo acesso ao conhecimento. Em 1987 é criado o setor de educação do MST, construindo uma proposta pedagógica para áreas de reforma agrária do movimento. Treze anos depois do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - Enera - lutas, discussões e uma educação conturbada e deficitária, nasce o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - que dispõe da política de

educação do campo, delinea as áreas consideradas rurais e sistematiza políticas de incentivo a formação de profissionais específicos para essa modalidade de ensino. Toda a luta pelos movimentos sociais do campo foi para garantir a especificidade para um direito que, na Constituição Federal de 1998, no Artigo 205 já demandava, que é a garantia de direito à educação para todas as crianças, em idade escolar independente do local onde vive.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, que a educação, direito de todos do estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para ao trabalho, portanto, estabelece grandes responsabilidades para os estados e municípios. Juntos devem viabilizar o melhor para o Ensino Fundamental. Contudo, ainda encontra-se arraigado nos gestores públicos a ideia de que a educação rural é sinônimo de atraso, adotando um modelo urbano-cêntrico de educação, que favorece a construção de conhecimentos apartados das vivências socioculturais dos moradores desses espaços, consolidada na década de 1990 como bem define Souza:

A década de 1990 marcou a consolidação das políticas educacionais “urbano-cêntricas” iniciadas nas décadas anteriores, caracterizadas pela universalização do ensino fundamental, a qual se efetivou em dois momentos distintos: a expansão da escolarização nas “áreas rurais” através da política de nucleação escolar, e a oferta de transporte escolar para deslocar alunos da Roça para escolas da cidade, desconsiderando-se as culturas locais e o papel exercido pelas escolas em diferentes comunidades rurais. (Souza, 2014, p. 319).

Na área pedagógica, nos confrontamos diariamente com o discurso onde os conteúdos devem estar mais próximos da realidade da criança, mas a situação contrária nos coloca frente ao problema do que se deseja fazer com aquilo que é realmente concretizado. E a discrepância torna-se ainda maior quando se trata da modalidade Educação do Campo, onde quase nunca se tenta captar o movimento do real, social e cultural e nele intervir de maneira positiva. E o movimento cultural existente nas comunidades rurais tem

muito a nos informar. As festas populares, objetos construídos com madeira, argila, ferro devem ser considerados como materiais e práticas diferenciados para estas áreas, pensados em conjunto com recursos didáticos específicos, em que as crianças possam reconhecer a identidade dos grupos às quais pertencem, caso contrário o quadro que se configura é o mesmo citado por Martins:

Grosso modo, é como a cultura estivesse contida em uma mochila que devesse ser deixada na porta da escola e, ao ultrapassar os seus muros e portões, o aluno tivesse de abandonar sua bagagem de conhecimentos e estivesse apto a receber outros novos que nem sempre lhe dizem respeito ou despertam seus interesses. (2008, p. 57)

Quando se discute a disciplina curricular Arte em áreas rurais, nota-se a preocupação de olhar as especificidades dessas áreas e preocupar-se em não discutir apenas a visão clássica, eurocêntrica, que muito pouco se aproxima da realidade das crianças. Segundo a antropóloga Maria Laura Cavalcanti, as manifestações culturais "são o veículo de uma visão de mundo, de um conjunto particular e dinâmico de relações humanas e sociais. Não há também fronteiras rígidas entre a cultura popular e a cultura erudita: elas se comunicam permanentemente" (2008, pág. 24). Assim, a disciplina curricular Arte, passa a ser discutida, compreendida e ensinada dentro do contexto das relações em que se situa, atendendo a questionamentos como por que ensinar e aprender Arte?

Existem aspectos no ensino da Arte que devem ser priorizados?

O ensino e aprendizagem da Arte permitem que a criança seja inserida socialmente no ambiente em que vive consciente das suas possibilidades de produzir conhecimento através das diferentes linguagens artísticas. Dentro dessa perspectiva, podem-se elencar quatro aspectos a serem priorizados em relação à Arte, como a linguagem, uma vez que é uma forma de expressão de um grupo, o conhecimento e a cultura que possuem uma relação cíclica de produção e a experiência. De acordo com o decreto 7352/10, que dispõe sobre a Política da Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – as escolas do campo devem produzir recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam as especificidades formativas dessa modalidade de ensino e, através da Arte, podemos assegurar a liberdade de

expressão e criação, bem como a valorização da cultura e memória do que é feito, produzido e vivido no campo. **1. Contexto do Relato** Considerando a importância do ensino da Arte como ferramenta de desenvolvimento da capacidade de compreender o mundo que nos cerca e da subjetividade, foi realizado um projeto sobre cultura popular, tomando como referência um artista local, em uma escola da rede municipal de ensino, situada no Distrito de Humildes, município de Feira de Santana. A referida escola é considerada Escola do Campo, funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, com o número de 356 alunos. Os níveis de ensino ofertados são Educação Infantil, Ensino Fundamental (séries iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (Estágios I e II). Ao recortar o projeto para o mundo da arte popular brasileira percebeu-se que se constitui em um campo bastante dinâmico. As manifestações artísticas acontecem nas diferentes regiões do país, como afirma Martins (2008, p. 60) que “para cada região do país certamente encontraremos uma diversidade de manifestações culturais que servirão de motivação para experimentarmos maneiras de estreitar os laços entre o professor e o aluno, de forma a recuperar o prazer de (re)aprender a ensinar e (re)ensinar a aprender.” E quando se trata de Artes Plásticas, seus artistas utilizam os materiais que têm à mão, como o barro, argila, madeira, palha, contas, tecidos e outros. Para muitos, atentar aos diferentes estilos, cores e materiais que compõem as obras dos artistas populares, é um meio de descortinar um mundo de arte desconhecido e conhecer melhor essa produção também é conhecer melhor o Brasil e os brasileiros. Em Feira de Santana, a década de 60 foi um período de grandes transformações na sociedade, pois a cidade aos poucos ia perdendo suas características fortemente rurais, ligadas há séculos à feira-livre pela industrialização e progresso que chegava à cidade, fato que preocupava intelectuais, artistas plásticos e políticos da época. No Brasil, segundo Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, em fins dos anos 60 e na década de 70 foi um período em que se ensaiava a aproximação entre as manifestações artísticas ocorridas fora da escola e com que se ensinava em sala de aula, influenciado pelos festivais de música e teatro que ocorriam na época. Embora seja pensada de maneira isolada, a arte está intimamente ligada aos movimentos que ocorrem na sociedade. Segundo Barbosa,

Apesar de ser um produto da fantasia e da imaginação, a arte não está separada da economia, política e dos padrões sociais que operam na

sociedade. Ideias, emoções, linguagens diferem de tempos em tempos e de lugar para lugares não existe visão desinfluciada e isolada. Construimos a História a partir de cada obra de arte examinada pelas crianças, estabelecendo conexões e relações entre outras obras de arte e outras manifestações culturais. (Barbosa, 1989, p.178).

Justamente na década de 60 chega à Feira de Santana o artista escolhido para ser estudado no projeto desenvolvido, intitulado como "Arte popular e o talento da nossa terra". O marceneiro José Barreto dos Anjos, conhecido como Zito Barreto, chega à cidade para exercer seu ofício. Autodidata, descobriu-se artista plástico a partir da marcenaria. E o fato de trabalhar com materiais acessíveis e presentes no dia a dia das crianças, aliado a acessibilidade das suas obras, local de trabalho, nos fez escolhê-lo. O artista Zito Barreto, apesar de ter suas obras reconhecidas e expostas em salões internacionais, considera-se como artista do povo. As atividades foram desenvolvidas adotando o que Barbosa (1980) chamou de abordagem triangular, que enfoca de forma integrada o fazer artístico, a análise das obras e objetos de arte e a história da arte. Em consonância com o pensamento de Martins (2008, p. 57), quando busca "pensar nos alunos consumidores de culturas que se revelam nos inúmeros espaços públicos e que nem sempre têm visibilidade no interior da escola" foram propostas visitas ao ateliê do artista, ao Museu Casa do Sertão, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, para que as crianças pudessem conhecer obras e objetos de arte ligados à cultura popular e sertaneja. Aulas sobre história da arte foram realizadas na escola e no ateliê do artista Zito Barreto, também foram construídos objetos e telas pelas crianças envolvidas.

Ainda é preciso mais pesquisas, mas podemos dizer que a arte possibilita que os indivíduos estabeleçam um comportamento mental que os leva a comparar coisas, a passar do estado das ideias para o estado da comunicação, a formular conceitos e a descobrir como se comunicam esses conceitos. Todo esse processo faz com que o aluno seja capaz de ler e analisar o mundo em que vive, e dar respostas mais inventivas. (Barbosa, 2011) Oferecer as crianças um novo olhar em relação à arte, diferente da eurocêntrica ou de quadros estanques, sem história e trajetória social, foi um dos principais objetivos do projeto, além de produzir objetos nos quais

os alunos pudessem não apenas valorizar a sua produção, mas também se identificassem e reconhecesse a cultura imaterial do campo. **2. Considerações Finais** Durante este trabalho foi possível perceber a importância da compreensão da arte como forma de expressão da cultura e costumes de crianças de áreas rurais. Foi possível demonstrar para as crianças que produzir arte, está ao alcance de suas mãos, observando a paisagem, modo de vida e produção do ambiente onde vivem. Construiu-se a possibilidade de desmistificar a visão de arte eurocêntrica e tratando-se do contexto de áreas rurais, desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a criança camponesa e não baseada em modelos urbanos, como muito se tem visto em escolas do campo. Ressaltou-se a necessidade de compreender Arte numa perspectiva do ensino como um instrumento que sustenta os valores da comunidade local e não apenas como fragmentos reprodutores do aprendizado técnico. A desconstrução de ideias equivocadas sobre as Artes, pelos alunos, foi notória, pois era algo visto como distante, imaterial. Assim, acredita-se que este trabalho possa contribuir para todos aqueles profissionais da área de Educação ou não, que compreende a Educação Rural como modalidade de ensino onde é possível produzir cultura, respeitando os valores tradicionalmente cultivados por essas comunidades. Quanto à práxis pedagógica, a certeza é de constante aprendizagem e aprimoramento, devendo ser repensada constantemente, construída em conjunto com toda a comunidade escolar, haja vista que essa prática é primordial para o exercício da democracia na escola, pressuposto garantido em lei para escolas camponesas. Portanto, conclui-se que a temática em questão confirma a importância de repensar o ensino de Arte em áreas rurais, o que possibilita através de novas práticas, propiciar aos nossos alunos a vivência de momentos em que os temas da sua Vida no Campo e do seu imaginário sejam expressos em manifestações sistematizadas em sua cultura popular, acreditando que a cultura popular de um país é a sua alma.

Referências BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil: Realidade hoje e expectativas futuras. Trad. Sofia Fan. Estud. av. v.3 n.7 São Paulo set./dez. 1989.

_____. Caminhos para a Educação, 2011. Disponível em <http://revistaeducacao.uol.com>

.br

/formacaodocente/97/artigo233134-1.asp

acesso em 27/06/16 às 21:39h. BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. 1988. Ministério da Educação. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. CAVALCANTI, Maria Laura. **Entendendo o Folclore**. In: SILVA, René Marc da Costa. **Cultura popular e educação**: Salto para o futuro. Brasília: TV Escola/SEED/MEC, 2008, p. 21-24. MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. **Cultura popular urbana e educação: O que a escola tem a ver com isso?**

In: SILVA, René Marc da Costa. **Cultura popular e educação**: Salto para o futuro. Brasília: TV Escola/SEED/MEC, 2008, p. 57-63. SAMPIERI, Roberto H; COLLADO, Carlos H; LUCIO, Pilar B. **Metodologia da Pesquisa**. Trad.: Fátima Conceição Murad, Melissa Kasner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3. ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2006. SOUZA, Elizeu Clementino de; SANTOS, Fábio Josué Souza dos. **Educação Rural e multisseriação: rompendo silêncios e indicando horizontes**. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de e SILVA, Maria Abádia da. **Educação básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas: Autores Associados, 2014, p. 313-345.

* Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade de Amambai - FIAMA. Professora da Educação Básica da rede municipal de Feira de Santana. erika.casaes@yahoo.com

.br

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 07/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: